

1ª FASE DO 38º EXAME DE ORDEM

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm quatro alternativas de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

1442023586

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ordem dos Advogados do Brasil
OAB

EXAME:

1ª Fase do 38º Exame de Ordem

MODELO/BANCA:

OAB/FGV

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

04/2023

DATA DE APLICAÇÃO:

04/2023

Ética Profissional**Maria Christina****1**

Sobre as causas de incompatibilidade e impedimento para o exercício da advocacia, assinale a alternativa correta.

- (A) Os policiais podem requerer sua inscrição nos quadros da OAB tão somente para tutela de direitos pessoais.
- (B) Os policiais podem requerer sua inscrição nos quadros da OAB tão somente para tutela de direitos pessoais e não poderão em hipótese alguma participar de sociedade dos advogados.
- (C) Os policiais possuem incompatibilidade definitiva com o exercício da profissão e, deste modo, não podem requerer sob nenhum motivo sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Os policiais possuem incompatibilidade provisória com o exercício da profissão e, deste modo, não podem requerer sob nenhum motivo sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

2

João, advogado, foi intimado pelo magistrado para prestar depoimento em ação judicial. Ao comparecer ao ato, optou por realizar uma colaboração premiada contra seu cliente. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de exclusão.
- (B) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de suspensão.
- (C) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de censura.
- (D) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de advertência.

3

Sobre a atividade da advocacia, assinale a opção correta.

- (A) É ato privativo do advogado a postulação em qualquer órgão do Judiciário.
- (B) No processo administrativo, o advogado contribui com a postulação de decisão favorável ao seu constituinte, e os seus atos constituem múnus privado.
- (C) O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.
- (D) No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função pública.

4

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) O advogado tem direito à inviolabilidade absoluta de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.
- (B) O advogado tem direito à inviolabilidade relativa de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.
- (C) O advogado tem direito à inviolabilidade absoluta de seu escritório ou local de trabalho. Dessa forma, mediante autorização judicial poderá ser determinado o ingresso no escritório, com a comprovação do ato.
- (D) O advogado tem direito à inviolabilidade relativa de seu escritório ou local de trabalho. Dessa forma, mediante autorização judicial poderá ser determinado o ingresso no escritório mediante comprovação do ato.

5

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal, mas na presença de um agente público, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (B) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal, mas na presença de um agente público e com procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (C) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal e reservadamente, desde que com procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (D) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

6

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
- (B) É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 2 anos a 4 anos e multa.
- (C) É direito do advogado ter a prisão comunicada à OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, o acompanhamento de um representante da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 2 anos a 4 anos e multa.
- (D) É direito do advogado ter a prisão comunicada a OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a acompanhamento de um representante da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

7

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) O advogado não possui direito a Sala de Estado Maior conforme julgamento proferido pelo STF mesmo nas prisões preventivas, ou seja, antes do trânsito em julgado.
- (B) O advogado possui direito à Sala de Estado Maior conforme julgamento proferido pelo STF mesmo após o trânsito em julgado.
- (C) O advogado tem o direito de não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- (D) O advogado tem o direito de não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas e, na sua falta, em prisão domiciliar.

8

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, desde que não ultrapasse os cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
- (B) É direito do advogado ingressar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, desde que dentro do horário de expediente e independentemente da presença de seus titulares.
- (C) É direito do advogado ingressar em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais.
- (D) É direito do advogado permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso VI, desde que autorizado pelo Presidente do ato.

Filosofia do Direito**Odair José****9**

“Os atos justos e os injustos, sendo como os descrevemos, nos levam a concluir que um homem age de modo justo ou injusto sempre que pratica tais atos de maneira voluntária. Quando age involuntariamente, seus atos não são justos nem injustos, exceto por acidente, isto é, porque ele fez coisas que resultaram em justiças ou em injustiças.”

Aristóteles. *Ética a Nicômacos*. Jandira, SP: Principis, 2021, p.121.

Acerca dos atos justos ou injustos, é correto afirmar, segundo a obra em referência, que

- (A) atos que causam dano a alguém não serão injustos quando não houve vontade do agente em causar o dano.
- (B) o que determina se um agente é justo ou injusto é sua voluntariedade ou sua involuntariedade na realização do ato.
- (C) quando o ato é acidental não há injustiça, porque não há voluntariedade do agente.
- (D) quando homens praticam atos prejudiciais, agem injustamente, sendo ele próprio injusto, independentemente da voluntariedade dos seus atos.

10

“É inteiramente indiferente que [as partes] considerem subjetivamente a decisão [judicial] como conforme ou contrária ao Direito, ainda que a lei preceitue que uma decisão judicial somente pode ser atacada com o fundamento de ser, sob qualquer aspecto, ‘contrária ao Direito’, quer dizer, de ser considerada pelas partes processuais como ilegal”.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2020, p. 299.

Tendo como referência o excerto acima, nos termos da Teoria Pura do Direito, é correto afirmar:

- (A) normas ilegais, ainda que estejam na ordem jurídica, não são normas de direito.
- (B) não é válida a decisão judicial fundamentada em normas jurídicas ilegais.
- (C) a decisão judicial é atacável quando é injusta.
- (D) uma decisão judicial não pode, enquanto válida, ser contrária ao Direito.

Direito Constitucional**Ana Paula Blazute****11**

Maria, cidadã, tem ciência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal julgando procedente pedido formulado em Ação Direta de Inconstitucionalidade. Com base na referida decisão, pleiteia o seu cumprimento, o que foi indeferido. Contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal caberá:

- (A) Recurso Extraordinário.
- (B) Reclamação.
- (C) Recurso Especial.
- (D) Apelação.

12

Laura nasceu na Itália, em dezembro de 2007, e foi registrada em consulado brasileiro sediado naquele país. Seu pai, Luís, é brasileiro, e sua mãe, Lara, de nacionalidade italiana. Considerando esse caso hipotético, pode-se afirmar que Laura, nos termos da Constituição Brasileira:

- (A) poderá requerer a nacionalidade brasileira, uma vez que nascida em território estrangeiro, ainda que de pai brasileiro.
- (B) é brasileira nata.
- (C) será considerada brasileira nata apenas se passar a residir no Brasil e optar, após quinze anos, por requerer a nacionalidade brasileira.
- (D) não será considerada brasileira, pois é nascida na Itália.

13

Ana deseja criar uma associação que visa proteger animais silvestres. Com base nessa situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) para criar a associação, depende-se da prévia autorização do município.
- (B) a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida liminarmente pelo juiz competente.
- (C) a Constituição proíbe a criação de associação para proteger animais silvestres.
- (D) a associação poderá ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

14

Dentre as competências privativas da União para legislar sobre um determinado tema, marque a alternativa que NÃO corresponde a uma competência privativa da União.

- (A) Juntas comerciais
- (B) Desapropriação
- (C) Populações indígenas
- (D) Sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular

15

O art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República, estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, sendo uma norma de eficácia:

- (A) limitada, de princípio institutivo e de aplicabilidade diferida.
- (B) plena, de princípio institutivo e de aplicabilidade imediata.
- (C) limitada, de princípio programático e de aplicabilidade diferida.
- (D) contida e de aplicabilidade imediata.

16

Ronaldo praticou crime hediondo, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

- (A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.
- (B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- (C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- (D) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

Direitos Humanos

Alice Rocha

17

Abud é um jovem congolês de 24 anos que chegou ao Brasil em 2015 e foi acolhido como refugiado por decisão do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) em função de fundados temores de perseguição por motivos de raça e opinião política. Todavia, recentemente, chegou ao conhecimento das autoridades brasileiras que Abud cometeu crimes hediondos alguns meses antes de deixar o Congo e chegar ao Brasil. Diante dessa situação:

- (A) Abud perderá a condição de refugiado.
- (B) Abud manterá a condição de refugiado pelo fato de o crime ter sido cometido em outra jurisdição.
- (C) Abud manterá a condição de refugiado devido ao prazo prescricional de 5 anos previsto para crimes cometidos em jurisdição externa.
- (D) Abud não perderá a condição de refugiado, por ter sido o fato apresentado após a decisão do CONARE.

18

Joaquim é um jovem negro de 26 anos que participou de uma confraternização em badalada churrascaria e percebeu que o garçom teria feito uma anotação específica em sua comanda: “preto”. Incomodado com aquela anotação, Joaquim se dirigiu até o gerente do local, que informou que aquela anotação fazia referência à cor de sua camiseta, e não à sua cor de pele. Todavia, a cor da camiseta de Joaquim era cinza. Indignado com a situação, Joaquim procura Mário, seu amigo especialista em discriminação racial, e questiona se poderia aplicar a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Em resposta, Mário deve informar que:

- (A) não poderá utilizar, tendo em vista que a referida Convenção ainda não foi ratificada pelo Brasil.
- (B) não poderá utilizar, tendo em vista que, apesar de ter sido ratificada pelo Brasil, a Convenção ainda não está em vigor no plano jurídico nacional.
- (C) poderá utilizar a referida Convenção, tendo em vista que já foi ratificada e internalizada na jurisdição brasileira, possuindo status de norma constitucional.
- (D) poderá utilizar a referida Convenção, tendo em vista que já foi ratificada e internalizada na jurisdição brasileira, possuindo status de norma supralegal.

Direito Internacional

Alice Rocha

19

Basilio é uruguaio de 75 anos que mora no Brasil há 24 anos, juntamente com sua esposa Isabel, chilena, de 60 anos. No próximo ano, o casal fará 30 anos de casados e Isabel gostaria de realizar o sonho de Basilio: levá-lo em uma viagem à Casablanca, Marrocos. Isabel utilizará todas as suas economias para a realização da viagem, mas descobriu que não será possível fazê-lo porque o Marrocos não admite a entrada de uruguaios em seu território. Buscando uma solução, Isabel procura Camilla, advogada especializada em direito internacional, para consultá-la a respeito da possibilidade de o casal adquirir a nacionalidade brasileira. Camilla deverá esclarecer que:

- (A) Basilio e Isabel poderão solicitar a nacionalidade derivada a partir do processo de naturalização extraordinária.
- (B) Basilio só poderia entrar com pedido de nacionalidade se fosse casado com brasileira ou tivesse filhos brasileiros no Brasil.
- (C) o pedido de naturalização do casal pode ser feito de modo único, tendo em vista que o matrimônio torna a avaliação dos pedidos com efeito automático e recíproco.

- (D) Basilio e Isabel poderão solicitar a nacionalidade originária por serem idosos residentes há mais de 20 anos no Brasil.

20

Andrea foi contratada como assessora do Ministro das Relações Exteriores e como primeira tarefa deve auxiliá-lo na apresentação de um documento estabelecendo algumas das principais diretrizes da política externa brasileira. Para compor o documento, Andrea não pode deixar de mencionar os princípios que regem as relações internacionais estabelecidas pela Brasil, dentre eles:

- (A) justiça restaurativa e concessão de auxílio jurídico.
- (B) prevalência dos direitos humanos e defesa da paz.
- (C) autodeterminação dos povos indígenas e igualdade entre pares.
- (D) repúdio ao terrorismo e independência internacional.

Direito Tributário**Maria Christina****21**

João, advogado tributarista, foi contratado por um órgão legislativo para emitir um parecer sobre o conceito de legislação tributária previsto no Código Tributário Nacional. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos salvo as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- (B) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, mas não devem ser observados pela que lhes sobrevenha.
- (C) A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto em lei.
- (D) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, dentro dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham essa ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

22

Maria, iniciando sua carreira na advocacia tributária, resolve aprofundar seus estudos sobre as normas complementares e a produção de seus efeitos. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, como normas complementares, produzem efeitos após 30 dias da data de sua publicação.
- (B) As decisões administrativas dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa produzem efeitos na data de sua publicação.
- (C) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas classificadas como normas complementares produzem efeitos na data em que forem reconhecidas.
- (D) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, como norma complementar, produzem efeito na data nele prevista.

23

João auferir a quantia mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Possui três dependentes e em menos de 6 meses acumulou em sua poupança o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Desse modo, o Fisco iniciou procedimento de fiscalização para efetuar o lançamento do crédito, tendo em vista que a informações prestadas não merecem fé. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) O Fisco se utilizará do lançamento por homologação.
- (B) O Fisco se utilizará do lançamento por arbitramento.
- (C) O Fisco se utilizará do lançamento por declaração.
- (D) O Fisco se utilizará da modalidade de lançamento misto.

24

Sobre as regras de parcelamento e moratória dentro do direito tributário, assinale a opção correta.

- (A) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.
- (B) O mero pedido de parcelamento, ainda que indeferido, interrompe a prescrição por configurar reconhecimento de dívida.
- (C) A União não poderá conceder moratória quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, mesmo que simultaneamente seja concedida aos tributos de competência federal.
- (D) A moratória pode ser concedida aos casos praticados com dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele mediante expressa autorização legal.

25

João possui dívidas tributárias com vários entes federativos. Diante do cenário, o Município de Cabo Frio se antecipou e ajuizou execução fiscal para cobrança de seus créditos tributários. O estado do Rio de Janeiro e a União, ao tomarem conhecimento do caso, requereram ao juízo o sobrestamento da ação por violação na ordem de preferência de pagamento dos créditos. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) A União possuem preferência na ordem de pagamento dos créditos com relação aos municípios.
- (B) Os estados possuem preferência na ordem de pagamento dos créditos com relação aos municípios.
- (C) A ordem de preferência dos créditos ocorre primeiro com relação a União, depois os estados, DF e territórios federais e, por último os municípios.
- (D) Não há que se falar em preferência na ordem de pagamento dos créditos tributários.

Direito Administrativo

Gustavo Brígido

26

João, servidor público do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, que ingressou recentemente em órgão administrativo competente para conceder licença de edificação, expediu alvará para construção de um galpão, verificando, posteriormente, que a competência para tanto seria de seu superior hierárquico. Diante de tal situação, a coordenadoria jurídica do órgão procurou você, na condição de advogado especialista em Direito Administrativo, para orientação acerca das medidas a serem tomadas. Após análise criteriosa, concluiu-se que caberá a

- (A) anulação do ato e a sua substituição por outro hígido, praticado pela autoridade competente, dado seu caráter discricionário.
- (B) declaração de nulidade do ato, eis que vício de competência não é passível de saneamento.
- (C) convalidação do ato pela autoridade competente, desde que presentes os requisitos legais para a concessão da licença, eis que se trata de ato vinculado.
- (D) homologação do ato pelo superior hierárquico, com produção de efeitos apenas a partir do ato homologatório, dado seu caráter discricionário.

27

Maria, cidadã residente no Município de Camocim, no Estado do Ceará, teve sua residência danificada quando da realização de obras em via pública, realizadas por empresa concessionária de serviços públicos de saneamento para reparos de rede coletora de esgoto. Você, na condição de advogado especialista em Direito Administrativo, foi procurado por Maria, para orientar acerca da possibilidade de responsabilização civil da empresa, com a consequente reparação dos danos. A responsabilidade da concessionária pelos prejuízos sofridos pelo cidadão

- (A) é de natureza objetiva, demandando a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano, bem como a ausência de excludentes de responsabilização.
- (B) demanda a comprovação de negligência, imperícia ou imprudência do agente e a correlação da conduta com os danos sofridos.
- (C) é de natureza subsidiária, cabendo o prévio acionamento do poder público, na qualidade de poder concedente dos serviços.
- (D) demanda a prévia responsabilização do agente causador do dano, podendo ocorrer a responsabilização direta da concessionária caso comprovada falha de fiscalização.

28

O Estado do Ceará pretende realizar a duplicação de pistas da rodovia que liga a cidade de Fortaleza à praia do Cumbuco, transferindo tal encargo à concessionária privada juntamente com as atividades de operação e manutenção da referida malha rodoviária, pelo prazo de 30 anos, e autorizando a cobrança de pedágio dos usuários. A procuradoria do Município procurou você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, com vasta experiência em casos de Parcerias da Administração Pública, para realizar os estudos necessários sobre o tema. Ocorre que os estudos demonstraram que a receita tarifária não seria suficiente para fazer frente à integralidade dos investimentos e retorno financeiro ao concessionário. Diante de tal constatação e considerando a legislação de regência, afigura-se juridicamente viável para a situação narrada a celebração de concessão

- (A) administrativa, com aporte de recursos do Estado ao capital da sociedade de propósito específico instituída para explorar o serviço, limitado a R\$ 10 milhões e não podendo ultrapassar 49% do respectivo capital social.
- (B) comum, com pagamento pelo Estado de complemento à receita tarifária, no limite necessário para a realização dos investimentos em bens reversíveis e no ritmo da execução físico-financeira das obras.

- (C) patrocinada, com o pagamento de contraprestação pecuniária pelo Estado em complemento à receita tarifária, desde que o valor do contrato seja de, no mínimo, R\$ 10 milhões.
- (D) patrocinada ou administrativa, a depender do volume de investimentos envolvido, que não pode ser inferior a R\$ 10 milhões anuais, com pagamento de contraprestação pecuniária (patrocinada) ou aporte de recursos (administrativa).

29

João, servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, colidiu, enquanto conduzia viatura oficial, com outro veículo, de passeio, de propriedade e conduzido por Maria. Apurados os fatos e as circunstâncias, foi constatado que João estava transitando em velocidade bastante superior à permitida, justificando a conduta por estar atrasado para compromisso oficial. Maria procurou você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para que a orientasse acerca do tema. Em razão do ocorrido, João

- (A) poderá responder por infração disciplinar, sem prejuízo de ser responsabilizado nas esferas criminal e civil, esta última em regresso, não se vislumbrando, pela descrição dos fatos, elemento subjetivo dolo suficiente para caracterização de ato de improbidade.
- (B) deverá responder disciplinarmente por sua conduta, não se caracterizando responsabilidade civil individual do agente público em razão de se encontrar em serviço.
- (C) deverá responder em todas as esferas pela conduta reprovável, civil, criminal, administrativa e de improbidade, esta última na modalidade de ato que causa prejuízo ao erário, que prescinde da demonstração de dolo específico.
- (D) se submeterá à apuração administrativo-disciplinar, mediante instauração de processo disciplinar, precedido de sindicância, e, se demonstrados culpa ou dolo do servidor naquela esfera, terá lugar a responsabilização nos âmbitos civil e criminal.

30

João, servidor público do Estado do Ceará, está sendo acusado da prática de ato de improbidade por conduta que causou prejuízo à Administração, cometida já sob o regime da Lei no 14.230/2021, que alterou a Lei n. 8.429/1992. Preocupado com as consequências de sua conduta, João procurou você, advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para analisar sua situação. Sua correta conclusão é de que a conduta em questão

- (A) será considerada ato de improbidade, desde que presentes os elementos de tipificação como crime contra a Administração Pública, dada a comunicabilidade de instâncias.
- (B) caracterizará ato de improbidade, se for de natureza comissiva, dolosa ou culposa, não mais sendo admitida a capitulação de condutas omissivas como ato de improbidade.
- (C) não será suficiente para configurar ato de improbidade, ainda que dolosa, sendo necessária a comprovação de enriquecimento ilícito do agente.
- (D) somente poderá ser capitulada como ato de improbidade se presente o elemento subjetivo dolo, não sendo assim capituladas condutas meramente culposas.

Direito Ambiental**Nilton Carlos****31**

André é dono de uma empresa que produz tintas para construção civil.

Por descuido de um dos seus funcionários, houve um vazamento que atingiu o rio que fica ao lado da empresa, contaminando a água e os peixes da região.

Preocupado com a situação, procura um advogado especialista na área, o qual lhe informa que:

- (A) a responsabilidade das pessoas jurídicas excluirá a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (B) como a poluição ocorreu em razão de ato de imprudência, negligência ou imperícia, não há que se falar em crime.
- (C) a pena será aumentada de um sexto a metade, se resultar dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral.
- (D) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica, caso sua personalidade seja obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

32

José pretende construir uma siderúrgica, a qual causará significativa degradação do meio ambiente. Preocupado com a situação, procurou um advogado especialista na área, o qual lhe disse que:

- (A) como o empreendimento causará significativa degradação do meio ambiente, sua instalação não será possível.
- (B) correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental.
- (C) para que o empreendimento seja aprovado, será necessário o procedimento de licenciamento ambiental, sem necessidade de EIA/RIMA.
- (D) o empreendimento poderá ser realizado, desde que o empreendedor aceite arcar com todos os prejuízos que porventura venha a causar.

Direito Civil

Roberta Queiroz

33

Frankstefferson foi diretor de um estabelecimento bancário muito famoso no mundo dos grandes negócios desde 1985. Contudo, no ano de 2005, a instituição financeira teve vários problemas decorrentes de um altíssimo nível de inadimplentes. Frankstefferson foi demitido e a instituição financeira, por meio de sua equipe de comunicação, divulgou nos jornais e nas redes sociais que o culpado pela crise financeira do banco seria Frankstefferson, pela sua má gestão e concessão de empréstimos a pessoas com alto grau de inadimplência no mercado, sendo ele, inclusive, alvo de processos administrativos e criminais. Ao final das apurações nos referidos processos, Frankstefferson foi absolvido. A decisão judicial no âmbito criminal foi, então, absolutória e transitou em julgado em 10/05/2012. No dia 01/11/2012, Frankstefferson ajuizou ação de indenização contra o banco pleiteando dano moral e dano material em virtude das insinuações feitas. Considerando o caso narrado e as regras acerca da prescrição, marque alternativa correta.

- (A) A pretensão de Frankstefferson está prescrita, posto que o prazo prescricional aplicado ao caso é de 5 anos.
- (B) A pretensão de Frankstefferson está prescrita, posto que o prazo prescricional aplicado ao caso é de 3 anos.
- (C) A pretensão de Frankstefferson não está prescrita, posto que o prazo prescricional aplicado ao caso é de 3 anos.
- (D) A pretensão de Frankstefferson não está sujeita a prazo prescricional em virtude do ato ilícito praticado pela instituição financeira.

34

Sebastião Salgado Doce sempre foi conhecido por seu enorme interesse na área de informática e, por isso, tornou-se hacker especialista em roubo de informações. Um belo dia, imbuído de um sentimento de raiva por sua namorada ter terminado o relacionamento, invadiu o sistema de informações da concessionária de energia elétrica da cidade em que mora e copiou os dados pessoais de inúmeros consumidores de energia elétrica local. Sebastião copiou os dados pessoais de Free William da Silva, tais como nome completo, endereço, número do RG, data de nascimento, número de telefone, CPF, e-mail e outros dados. Aproveitando ter logrado êxito no ato, resolveu vender os dados adquiridos para uma empresa de telemarketing. Free William da Silva ajuizou ação de indenização contra a concessionária alegando que o vazamento de dados pessoais gera dano moral presumido. Considerando o caso narrado, as regras de LGPD e a orientação recente do STJ sobre o tema, marque alternativa correta.

- (A) O pedido de Free deve ser julgado procedente.
- (B) O pedido de Free somente será julgado procedente caso comprove que houve realmente o dano moral.
- (C) O pedido de Free não será procedente, posto que tais dados podem ser encontrados em qualquer lugar.
- (D) Free somente teria direito a dano material em caso de comprovação efetiva de tal dano, e não há, no caso, dano moral.

35

Augustina é filha de Lenda Selvagem e Alex Golapólo. O tio de Augustina, Rogérino Pirulito Days, resolveu matricular a sobrinha em uma escola americana (Little Pombo Gray) cuja mensalidade é R\$ 7.500,00. Rogérino assinou contrato de prestação de serviços educacionais e Augustina começou a frequentar a escola.

Contudo, Rogérino não efetuou o pagamento da mensalidade escolar após 6 meses de vigência do contrato. O colégio, então, ajuizou ação de execução em face de Lenda, Alex e Rogérino. Considerando o caso narrado, marque alternativa correta.

- (A) Como Alex e Lenda são genitores de Augustina, são partes legítimas a figurar no polo passivo de tal demanda.
- (B) Deve-se presumir que há, no caso, uma obrigação solidária entre os pais de Augustina e Rogérino.
- (C) Apenas Rogérino poderá ser cobrado para com as mensalidades atrasadas.
- (D) Haverá solidariedade passiva entre Augustina e Rogérino, somente.

36

Durango Kid Paiva e Açafrão Fagundes celebraram contrato no qual Durango se comprometeu a entregar para Açafrão, no período de 6 meses, dois cavalos ou duas vacas. O referido contrato foi celebrado em janeiro de 2023 e a obrigação deveria iniciar no dia 10 de fevereiro de 2023, devendo ocorrer todo dia 10 dos meses subsequentes até encerramento do período. Considerando as regras obrigacionais pertinentes, marque alternativa correta.

- (A) Durango, ao entregar dois cavalos em fevereiro, deverá entregar apenas cavalos durante todo o período em virtude do princípio do vínculo da escolha.
- (B) Na espécie contratual entabulada, poderá Durango entregar um cavalo e uma vaca, desde que sejam correspondentes em relação ao valor.
- (C) Caso Durango entregue dois cavalos em fevereiro, poderá em março entregar duas vacas, podendo renovar sua escolha a cada novo mês.
- (D) No caso vertente, a escolha cabe a Açafrão, pois este é o credor da relação obrigacional.

37

Zé Minhoca resolveu convidar seus amigos para um “vaaaaai ter cabaré essa noite, vai, vaaaaaaaaai”. Disse, então, Zé Minhoca, para seus amigos Maxwellbe e Faraó do Egito Souza: “Galera, seguinte é esse – passo para pegar vocês no meu carro possante e vamos beber toooodas hoje”.

E assim foi feito, Zé Minhoca colocou seus amigos no carro e saiu para a bebedeira. Contudo, Zé bebeu demais e acabou perdendo o controle do carro, causando um acidente que resultou na morte de Max, e Faraó acabou ficando paraplégico. Zé sobreviveu ao acidente. Considerando o caso narrado, marque alternativa correta.

- (A) A responsabilidade de Zé, no caso, é objetiva com culpa presumida.
- (B) Zé responde subjetivamente pelos danos ocasionados aos amigos.
- (C) Os herdeiros de Max não poderão pleitear o dano moral sofrido por ele, pois são partes ilegítimas.
- (D) Serão devidos alimentos vitalícios a Faraó por parte de Zé, podendo este ser preso em caso de inadimplemento.

38

Barato Pinto resolveu vender seu caminhão para Hericlapiton da Silva, que tinha um sonho ir para NY, levar a namorada e fazer seu caminhão voar nas nuvens.

Era um caminhão ano 2020, no valor de R\$ 180.000,00. No ato de alienação, Barato informou ter feito todas as cinco revisões na concessionária e que o caminhão estava perfeito, mas era tudo mentira do Barato, ele tinha feito uma só.

Celebrado o negócio, 90 dias depois da entrega, o caminhão deu um “pau” daqueles, justo quando Hericlapiton estava em alta velocidade na rodovia, indo buscar a namorada, cantando: “Essa é a história de um novo herói / Cabelos compridos a rolar no vento / Pela estrada no seu caminhão / Gravado no peito a sombra de um dragão” (Chrystian & Ralf). Pois bem, indignado, Hericlapiton quer resolver o contrato. Considerando as regras aplicáveis ao caso, marque alternativa correta.

- (A) Hericlapiton não tem mais como desfazer o contrato, pois passou o prazo de 30 dias.
- (B) Hericlapiton tem o prazo prescricional de 30 dias para promover a demanda redibitória contados da ciência do vício.
- (C) Hericlapiton teria 180 dias para ter ciência do vício no veículo.
- (D) Hericlapiton poderá reclamar pelo vício redibitório, pois Barato tinha ciência do vício. Caso não soubesse, não haveria direito algum para Hericlapiton.

ECA**Patrícia Dreyer****39**

A criança JFP, 10 anos, reside com a mãe e o padrasto. JFP foi vítima de abuso sexual, praticado por seu padrasto. A criança nunca comentou nada com a mãe, que não desconfiava do que acontecia, apesar de se preocupar com o comportamento bastante retraído de seu filho. Na escola, a criança finalmente conseguiu desabafar com a professora, e o Conselho Tutelar foi acionado. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Tutelar pode determinar a medida protetiva de urgência à criança vítima de violência doméstica.
- (B) O Conselho Tutelar tem atribuição para representar somente a autoridade policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima.
- (C) A professora notificante do abuso não terá proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) O Conselho Tutelar tem atribuição para representar a autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima.

40

Júpiter é juiz de direito com atribuição na área da justiça da infância e da juventude em Belo Horizonte, Minas Gerais. Júpiter é casado com Tamires, e o irmão de Tamires, Orfeu, pretende disputar uma vaga para o conselho tutelar no mesmo município. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do ECA relativas ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

- (A) Não há qualquer impedimento, pois Orfeu e Júpiter não são parentes.
- (B) Só haveria impedimento se Tamires, esposa de Júpiter, quisesse se candidatar a Conselheira Tutelar.
- (C) Há impedimento legal para que Orfeu desempenhe a função de conselheiro tutelar no município em que Júpiter trabalha, enquanto durar o cunhadio.
- (D) Qualquer parente de Júpiter ou Tamires, até o 4º grau, é impedido de se candidatar ao Conselho Tutelar.

CDC**Patrícia Dreyer****41**

Antônio foi até a concessionária Carro Forte, na cidade onde reside, Luziânia em Goiás, e assinou um contrato de compra e venda do veículo marca XPTO, modelo XYZ, ano 2023. Segundo o contrato, em que havia cláusula que impunha a utilização da arbitragem como forma de solução do conflito, o pagamento ocorreria na data de sua celebração e o veículo seria entregue em 20/04/2023. Na data acordada, o vendedor da concessionária comunica a Antônio que não poderá entregar o veículo objeto do contrato e que só poderá entregar o veículo objeto do contrato em 120 dias. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) É lícita a cláusula que impõe a utilização da arbitragem, por ser um meio adequado de solução de conflitos que desafoga o Judiciário.
- (B) Antônio é obrigado a aguardar o prazo estipulado pelo fornecedor.
- (C) Se Antônio quiser ajuizar uma ação contra a concessionária, poderá fazê-lo no foro de seu próprio domicílio.
- (D) A concessionária é obrigada a fornecer outro veículo, ainda que de modelo diferente, na data estipulada para bem cumprir a obrigação.

42

João consumiu requeijão da marca XYZ e, depois disso, apresentou infecção intestinal e gastroenterite. Feita a correta investigação, constatou-se que o dano sofrido por João se deu a partir da má conservação do produto, pelo mercado comerciante, no inadequado acondicionamento. A perícia constatou que o produtor da marca XYZ respeita todas as boas práticas de produção. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Trata-se de vício do produto, e a marca XYZ é solidariamente responsável com o mercado comerciante.
- (B) Trata-se de fato do produto, e o comerciante será objetivamente responsável por não ter conservado adequadamente produto perecível.
- (C) Trata-se de culpa exclusiva da vítima, que consumiu produto perecível, arcando com os riscos de infecção.
- (D) Trata-se de fato do produto, e a marca XYZ é solidariamente responsável com o mercado comerciante.

Direito Empresarial**Renato Borelli****43**

A sociedade em conta de participação tem uma série de peculiaridades que a distinguem de outras sociedades, como, por exemplo, a sociedade em comum ou a sociedade limitada. Nas alternativas abaixo são apresentados aspectos desta sociedade referentes a sua natureza, constituição, registro e responsabilidade dos sócios.

Assinale a opção que apresenta corretamente todas as características apontadas.

- (A) A sociedade em conta de participação tem natureza de sociedade não personificada; sua constituição independe das formalidades exigidas para outros tipos de sociedade; o contrato pode ou não ser levado a registro, não interferindo na aquisição da personalidade jurídica; apenas se obriga ilimitadamente perante terceiros o sócio ostensivo.
- (B) A sociedade em conta de participação tem natureza de sociedade personificada; sua constituição independe das formalidades exigidas para outros tipos de sociedade; o contrato pode ou não ser levado a registro, não interferindo na aquisição da personalidade jurídica; apenas o sócio ostensivo se obriga limitadamente até o valor de sua quota.
- (C) A sociedade em conta de participação tem natureza de sociedade não personificada; sua constituição depende de autorização governamental; o contrato pode ou não ser levado a registro, não interferindo na aquisição da personalidade jurídica; apenas se obriga ilimitadamente perante terceiros o sócio participante.
- (D) A sociedade em conta de participação tem natureza de contrato associativo e bilateral; sua constituição depende das formalidades exigidas para outros tipos

de sociedade; o contrato deve ser levado a registro para fins de aquisição da personalidade jurídica; obrigam-se ilimitadamente perante terceiros tanto o sócio ostensivo quanto o sócio participante.

44

A sociedade Porto Belém e Malta Comércio de Peças Ltda. teve sua falência requerida pela Sociedade Vip Transportes e Logística Ltda. em razão da impontualidade no pagamento de duplicatas de prestação de serviços cujo valor total é de R\$ 85.000,00, protestadas para fins falimentares.

Após a citação da devedora, e no prazo da contestação, foi apresentado ao juízo da Comarca de Vila Verde pedido de recuperação judicial, sem elisão do pedido de falência. Acerca do efeito da apresentação do pedido sobre o curso do procedimento pré-falimentar, é correto afirmar que a falência:

- (A) não poderá ser decretada em razão da apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação.
- (B) poderá ser decretada em razão da não efetivação de depósito elisivo no prazo da contestação.
- (C) não poderá ser decretada diante da insuficiência do valor das duplicatas protestadas para ensejar o requerimento.
- (D) poderá ser decretada em razão do impedimento ao pedido de recuperação judicial após o requerimento da falência.

45

Decretada a falência de uma sociedade empresária no dia 10 de setembro de 2021, o administrador judicial verificou a existência de registro relativo à alienação fiduciária em garantia de imóvel de propriedade do falido após a decretação da falência.

Em relação ao ato realizado, é correto afirmar que é:

- (A) objetivamente ineficaz em relação à massa falida, por ter sido feito após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior.
- (B) nulo de pleno direito, diante de sua prática após a decretação da falência, haja ou não prenotação anterior.
- (C) válido e eficaz em relação à massa falida, pois a ineficácia objetiva só incide para atos praticados dentro do termo legal.
- (D) nulo de pleno direito, por ter sido feito após a decretação da falência ou dentro do termo legal, salvo se tiver havido prenotação anterior.

46

O Código Civil Brasileiro define estabelecimento como todo complexo de bens organizados para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. Ou seja, o conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que são dispostos para o funcionamento de uma empresa.

Em relação à negociação do estabelecimento de forma unitária, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de trepasse irregular não poderá, em hipótese alguma, ensejar a decretação de falência do empresário.
- (B) O adquirente do estabelecimento empresarial responde pelas dívidas já existentes, desde que regularmente contabilizadas.
- (C) Quanto às dívidas assumidas pelo adquirente, o alienante permanecerá como devedor solidário destes débitos pelo prazo de 2 (dois) anos.
- (D) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou o arrendamento do estabelecimento não precisa ser averbado no registro público de empresas mercantis.

Direito Processual Civil

Raquel Bueno

47

Cirlene ajuizou ação monitória em face de Maurício, com base em um cheque prescrito. Após a distribuição do feito e juízo de admissibilidade positivo, foi concedida uma tutela de evidência, determinando-se ao réu o cumprimento da obrigação no prazo legal, ou apresentação de resistência. Maurício possui provas de que o pagamento do cheque foi efetuado, razão pela qual deseja alegar tal matéria em sua defesa, além de pedir a repetição do indébito e danos morais, uma vez que Cirlene afixou uma faixa na rua onde Maurício mora, chamando-o de “caloteiro”. A partir desta realidade, assinale a opção correta.

- (A) Maurício poderá apresentar embargos à monitória, a serem distribuídos por dependência, desde que garantido o juízo com caução ou depósito.
- (B) Maurício poderá apresentar embargos à monitória alegando e comprovando que houve o pagamento, mas só poderá formular pedidos em face da autora por meio de ação própria.
- (C) Maurício poderá apresentar embargos à monitória com reconvenção.
- (D) Maurício poderá apresentar embargos à monitória, por meio de petição nos próprios autos, cujo efeito suspensivo deve ser requerido pelo réu.

48

Lurdes e Mirtes celebraram um contrato de prestação de serviços. Por meio desse contrato, ficou estabelecido que, diante de qualquer desavença oriunda do contrato, as partes se socorreriam da arbitragem. Assim, durante a execução do contrato, Lurdes deu causa ao seu descumprimento, o que levou Mirtes a promover uma demanda judicial, distribuída perante a 1ª Vara Cível de Padre Bernardo-GO, domicílio das partes. Ressalte-se que Lurdes não compareceu à audiência de conciliação/ mediação designada, bem como não enviou ninguém em seu lugar com poderes para transigir. A partir deste cenário, assinale a opção correta.

- (A) Considerando a ausência de Lurdes na audiência de conciliação/mediação, ser-lhe-á aplicada a pena da revelia.
- (B) Após a audiência inaugural, Lurdes poderá apresentar contestação, invocando apenas defesa de mérito.
- (C) Considerando a ausência de Lurdes na audiência de conciliação/mediação, ser-lhe-á aplicada uma multa de até 2% (dois por cento), por ato atentatório à dignidade da justiça, multa esta revertida para Mirtes.
- (D) Lurdes poderá apresentar contestação, alegando a preliminar de convenção de arbitragem, e, no mérito, apresentar todas as suas teses de defesa, além da impugnação especificada dos fatos arguidos por Mirtes na petição inicial.

49

Janaína formulou pedido de tutela provisória de urgência antecipada antecedente em face de uma pessoa jurídica de direito privado. Após juízo de admissibilidade positivo, foi concedida a liminar inaudita *altera pars* em benefício da autora. Ato contínuo, a decisão foi efetivada. A parte ré foi citada e não apresentou recurso. Janaína fez o aditamento da petição inicial e o processo prosseguiu, até sentença, que confirmou a tutela provisória concedida inicialmente. Inconformada, a ré deseja reverter o resultado da decisão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado da ré poderá interpor recurso de apelação, dotado de duplo efeito.
- (B) O advogado da ré poderá interpor recurso de apelação, dotado apenas de efeito devolutivo.
- (C) Caso a tutela provisória de urgência concedida liminarmente fosse revogada na sentença, Janaína teria responsabilidade civil subjetiva pelos danos gerados à ré, em virtude da efetivação da liminar.
- (D) Caso o juiz entendesse, na etapa de admissibilidade, que o caso não era de tutela provisória de urgência antecipada antecedente, à autora seria concedido prazo de quinze dias para a emenda da petição inicial.

50

Virgínia promoveu uma execução autônoma em face de Alberto, envolvendo obrigação pecuniária. Após juízo positivo de admissibilidade, foram fixados honorários advocatícios de 10%, com a consequente citação válida de Alberto. Ressalte-se que o pagamento não efetuado no prazo legal. A partir dessa realidade e desse modelo de execução, assinale a opção certa.

- (A) Se Alberto reconhecer o crédito exequendo, poderá efetuar o depósito prévio de 30% do débito total, acrescido de custas e honorários advocatícios, podendo pagar o restante em até seis parcelas.
- (B) Considerando que o pagamento não foi efetuado no prazo de quinze dias, haverá a incidência da multa de 10%.
- (C) Caso Alberto não concorde com a execução, poderá apresentar impugnação, no prazo de quinze dias.
- (D) Caso Alberto não concorde com a execução, poderá apresentar embargos à execução, no prazo de quinze dias, dotados de efeito suspensivo automático.

51

Luiz impetrou mandado de segurança perante o TJGO. Todavia, após ser proferido acórdão final desfavorável, o advogado de Luiz interpôs recurso especial, dentro do prazo de quinze dias, demonstrando o preenchimento do prequestionamento e apontando a relevância da questão infraconstitucional, a fim de obter a reforma da referida decisão. A partir do estudo dos recursos em espécie, assinale a opção correta.

- (A) Tal recurso não deve ser conhecido, uma vez que o recurso cabível seria o recurso extraordinário.
- (B) Tal recurso deve ser conhecido e encaminhado para o STJ, a fim de seja apreciado seu mérito.
- (C) Neste caso, aplica-se o princípio da fungibilidade entre o recurso especial e o recurso ordinário.
- (D) Tal recurso não deve ser conhecido, por ausência de cabimento, uma vez que o recurso correto seria o recurso ordinário constitucional.

52

Judite ajuizou uma ação em face de Douglas, por meio de sua única e exclusiva advogada Jacira. A ação tramitou no procedimento comum. Após o devido processo legal, foi proferida sentença de mérito, que acolheu parcialmente os pedidos de Judite. Todavia, a autora deseja a reforma da decisão, a fim de obter o acolhimento total de seus pedidos. A sentença foi publicada no diário de justiça eletrônico, iniciando-se o prazo recursal. No quinto dia do prazo, o advogado de Douglas interpôs recurso de apelação. Nessa mesma data, Jacira teve sua primeira filha, tendo notificado sua cliente cinco dias após o parto. Após o transcurso do prazo recursal de quinze dias, houve intimação da parte autora para apresentação de contrarrazões do recurso interposto pelo réu. A partir desta situação, assinale a opção correta.

- (A) Judite só poderá apresentar apelação na modalidade adesiva.
- (B) Considerando que Jacira tornou-se mãe, haverá a interrupção do prazo recursal.
- (C) Considerando que Jacira tornou-se mãe, haverá a suspensão do prazo recursal por trinta dias, contados da data do parto.
- (D) Considerando que Jacira tornou-se mãe, haverá a suspensão do prazo recursal por trinta dias, a partir da comunicação e comprovação do fato ao processo.

Direito Penal

Michelle Tonon

53

Márcio está cumprindo pena privativa de liberdade em regime semiaberto, com direito a saídas temporárias e trabalho externo. Durante um período de saída temporária, Márcio decide não retornar ao estabelecimento prisional no dia designado, pois estava se sentindo ameaçado por outros internos e com saudades de sua família. O juízo da execução penal expede mandado de prisão e Márcio é recapturado em sua casa três meses após. Familiares de Márcio o procuram, como advogado(a), para orientação jurídica. Nessa situação, de acordo com a Lei de Execução Penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, você, como advogado(a), deverá esclarecer que:

- (A) a fuga do estabelecimento prisional é falta grave e interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional.
- (B) segundo a Lei de Execução Penal, a fuga do estabelecimento prisional por prazo inferior a 1 ano é falta média e não impede a progressão de regime, caso Márcio já tenha cumprido o requisito objetivo para o benefício.
- (C) a fuga do estabelecimento prisional é falta grave e não interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional.

- (D) não se caracterizou fuga do estabelecimento prisional, vez que Márcio teve motivos plausíveis para interromper o cumprimento da pena.

54

Joaquim praticou crime de roubo majorado pelo emprego de arma branca em 25 de fevereiro de 2023. Ao visualizar Cláudia na parada de ônibus, falando ao celular, Joaquim se aproximou de Cláudia, exibiu uma faca e disse “Passa o celular ou eu te mato”. Cláudia imediatamente entregou o aparelho. Uma viatura da Polícia Militar passou pela rua minutos após e foi acionada por Cláudia, que narrou o crime. A polícia iniciou uma varredura na região, encontrando Joaquim 20 minutos depois do roubo, ainda de posse do celular, negociando-o com um transeunte. O rapaz é preso em flagrante e conduzido à delegacia de polícia. Comunicado dos fatos pela família de Joaquim, você, na condição de advogado(a), deverá esclarecer, com base na legislação penal e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, que:

- (A) considerando que Joaquim não teve a posse mansa e pacífica do celular subtraído, sendo encontrado poucos minutos depois do crime com o objeto roubado, poderá ser condenado pela tentativa de roubo majorado.
- (B) o roubo majorado pelo emprego de arma branca foi inserido no rol dos crimes hediondos pela Lei n. 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime.
- (C) a defesa poderá pleitear a exclusão da majorante do emprego de arma branca, considerando que tal causa de aumento de pena foi revogada pela Lei n. 13.654/2018.
- (D) a consumação do crime de roubo dispensa a posse mansa, pacífica e desvigiada da coisa subtraída, bastando que haja a retirada do bem da esfera de disponibilidade da vítima, ainda que por breve tempo.

55

Maurício, profundamente inconformado com o término de seu relacionamento amoroso com Daniela, decide enviar todos os dias, para o trabalho da ex-namorada, buquês de flores e cartas, pedindo para que retomem a relação. Além disso, liga insistentemente para a moça, várias vezes ao dia, além de mandar mensagens por aplicativos de conversas e em redes sociais. Não recebendo qualquer resposta de Daniela, Maurício vai pessoalmente à casa da ex-namorada e estaciona seu carro na frente do portão, não permitindo a saída de Daniela e seus familiares da residência. Nessa situação, como advogado(a) consultado(a) por Daniela acerca do enquadramento penal da conduta de Maurício, você deverá esclarecer que:

- (A) Maurício praticou o crime de ameaça, previsto no Código Penal, considerando o temor que incutiu em Daniela e seus familiares de que viessem a sofrer um mal injusto e grave.
- (B) Maurício praticou o crime de perseguição, previsto no Código Penal, visto que, de forma reiterada, ameaçou a integridade psicológica de Daniela, restringiu-lhe a capacidade de locomoção, bem como invadiu e perturbou sua esfera de liberdade e privacidade.
- (C) A conduta de Maurício, embora reprovável, não se tipifica como crime, cabendo uma indenização pelos danos morais sofridos, na esfera cível.
- (D) Maurício praticou a contravenção penal de perturbação da tranquilidade, sendo possível a composição civil dos danos e a transação penal.

56

Marisa, 32 anos, primária e de bons antecedentes, visita regularmente seu companheiro Júnior no estabelecimento prisional. Determinado dia, atendendo a pedido de Júnior, Marisa ingere 10 trouxinhas pequenas contendo a droga conhecida popularmente como maconha e se dirige à penitenciária. No momento da revista dos visitantes, Marisa fica nervosa, passa mal e confessa ter ingerido a droga, com o intuito de entregá-la ao companheiro. Presa em flagrante, Marisa é conduzida à Delegacia de Polícia e entra em contato com você, advogado(a). Nessa situação, você deverá esclarecer que:

- (A) Marisa praticou crime de tráfico de drogas, na forma tentada, pois não conseguiu entrar no estabelecimento prisional e entregar o entorpecente ao destinatário.
- (B) Marisa praticou crime de tráfico de drogas consumado e, considerando a primariedade, bons antecedentes e o não envolvimento em organização criminosa e atividades ilícitas, poderá ser beneficiada com a causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.

- (C) Marisa poderá ser condenada pelo crime de associação para o tráfico de drogas, já que combinou com seu companheiro de levar a droga para o interior do estabelecimento prisional, ainda que uma única vez.
- (D) A pequena quantidade de substância entorpecente apreendida, apenas 10 trouxinhas, permite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de tráfico de drogas, que afasta a tipicidade material da conduta de Marisa.

57

Rafael, 28 anos, tem ciúmes de seu enteado Bruno, 7 anos. Em 10 de abril de 2023, Cíntia, mãe de Bruno, deixa a criança aos cuidados de Rafael para fazer compras. Aproveitando-se da ausência de Cíntia, Rafael coloca em prática plano criminoso para matar a criança e oferece a Bruno um copo de leite com chocolate envenenado. A criança dá um gole, percebe o gosto estranho e cospe o leite, mas passa mal, necessitando de internação por uma semana. O leite é levado para perícia e constata-se a presença de dose letal de veneno, que mataria a criança em poucos segundos, caso houvesse ingestão de um gole maior. Após investigação, a Polícia conclui pela existência de indícios suficientes de que Rafael foi o responsável pelo envenenamento do leite. Contratado por Cíntia, você, como advogado(a), deverá esclarecer que:

- (A) Rafael praticou tentativa de homicídio, com as qualificadoras do emprego de veneno e pelo fato da vítima ser menor de 14 anos. O julgamento de Rafael será pelo Tribunal do Júri.
- (B) Rafael praticou lesão corporal grave, considerando a não ocorrência do resultado morte e a necessidade de internação da criança, e será julgado pelo juízo criminal singular.
- (C) Rafael praticou tentativa de homicídio, sem a incidência de qualificadoras, pois o resultado morte não ocorreu.
- (D) Rafael praticou tentativa de homicídio qualificada pelo emprego de veneno. A idade da vítima será considerada apenas como causa de aumento de pena, em hipótese de condenação.

58

Dionísio, 38 anos, é professor de futebol em determinado clube esportivo. Em um sábado de competição, no interior do vestiário, Dionísio pediu que Daniel, aluno de 10 anos de idade, o beijasse na boca, para aliviar a tensão da partida decisiva do campeonato. Dionísio disse, ainda, que Daniel tinha um corpo de atleta e apertou suas nádegas e coxas, para comprovar que eram musculosas. Depois do episódio, a criança, assustada, narrou a seus pais o ocorrido. Procurado(a) pelos pais de Daniel, você, na condição de advogado(a), deverá esclarecer que a conduta de Dionísio configura, segundo o entendimento jurisprudencial dominante:

- (A) crime de importunação sexual consumado, já que os toques lascivos foram superficiais.
- (B) crime de estupro na forma tentada, pois Dionísio não praticou relação sexual com Daniel.
- (C) crime de estupro de vulnerável, na forma consumada.
- (D) crime de assédio sexual, pois Dionísio se aproveitou da sua condição de professor para abusar de Daniel.

Direito Processual Penal

Lorena Ocampos

59

Durante inquérito policial que apura a prática de crimes de estelionato por Júlia, o delegado de polícia impediu que Breno, advogado de Júlia, pudesse ter acesso aos elementos de prova já produzidos e documentados nos autos da investigação. Sobre essa situação, é correto afirmar que

- (A) agiu corretamente o delegado, pois o inquérito é sigiloso.
- (B) agiu corretamente o delegado, visto que somente Júlia pode ter acesso aos autos do inquérito, inclusive aos elementos decorrentes de diligências em curso, ainda não documentadas.
- (C) agiu de forma equivocada o delegado, visto que ao advogado é sempre permitido o acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito e a todos os elementos decorrentes de diligências em curso.
- (D) agiu de forma equivocada o delegado. O delegado de polícia é obrigado a permitir o acesso ao advogado de todos os elementos já documentados nos autos do inquérito. O delegado somente pode deixar de exibir diligência em curso ainda não documentada.

60

Bernardo é processado por dois homicídios dolosos duplamente qualificados, roubo e tráfico de drogas. Após submetido a julgamento pelo plenário do Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença composto pelos 7 jurados, na sala secreta, em resposta aos quesitos referentes aos crimes dolosos contra a vida, desclassificou as duas imputações. Em relação aos crimes conexos, é correto afirmar que:

- (A) o Conselho de Sentença deverá prosseguir no julgamento na sala secreta e responder os quesitos quanto aos crimes conexos.
- (B) o juiz presidente deverá julgar os crimes conexos.
- (C) o juiz presidente deverá remeter os crimes conexos ao juízo competente.
- (D) o juiz presidente deverá remeter os crimes conexos, após dissolver o Conselho de Sentença, a novo julgamento.

61

Felipe agrediu Roberta, sua companheira, causando-lhe lesões corporais leves, o que foi objeto de ocorrência policial junto à delegacia especializada de atendimento à mulher. Após o encaminhamento do inquérito policial ao Ministério Público, mas em momento anterior ao oferecimento da denúncia, Roberta foi até o juízo competente e manifestou que queria o “arquivamento do caso”. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que o pedido de Roberta

- (A) não obsta o oferecimento da denúncia ou a adoção de medidas protetivas de urgência em prol de Roberta, mas não é possível a suspensão condicional do processo.
- (B) não obsta o oferecimento da denúncia ou a adoção de medidas protetivas de urgência em prol de Maria, sendo possível a suspensão condicional do processo.
- (C) deve ser interpretada como retratação da representação, o que impede o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- (D) deve ser ratificado em juízo e, caso o seja, obstará o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.

62

Mario, 25 anos, figura como denunciado pelo crime de roubo. O magistrado, logo após receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público, determina a citação pessoal de Mario, a ser cumprida por oficial de justiça. O oficial de justiça foi três vezes ao endereço constante dos autos, em dias da semana e horários diversos, e o réu não foi encontrado no local em nenhuma das oportunidades. A mãe do réu atendeu o oficial de justiça todas as vezes, sempre afirmando que seu filho não estava em casa. O oficial de justiça certifica nos autos do processo que o réu está se ocultando para não ser citado e restituiu o mandado de citação ao juiz. Assinale a alternativa abaixo que indica como deverá ser feita a citação do réu.

(A) O juiz deve diligenciar para encontrar novo endereço.
 (B) O juiz deve determinar a citação por edital.
 (C) O juiz deve determinar a citação por hora certa.
 (D) O juiz deve decretar a revelia do réu.

63

Joana, 31 anos, figura como indiciada em inquérito policial em que a autoridade policial investiga a prática do crime de furto qualificado (Pena: 2 a 8 anos de reclusão e multa). Durante as investigações, restou constatado que Joana possuía três condenações pela prática de crimes contra o patrimônio, com trânsito em julgado, e que ela seria autora de diversos outros crimes, ainda com procedimento em andamento. Considerando as informações narradas acima, no tocante ao tema de prisão e medidas cautelares diversas, assinale a alternativa correta.

(A) Não é possível a prisão temporária de Joana, mas é admissível a decretação de sua prisão preventiva, em razão da reincidência, independentemente de requerimento do Ministério Público ou de representação da autoridade policial.
 (B) É admissível a decretação da prisão preventiva de Joana, em razão da reincidência, desde que haja requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, mas não é cabível a prisão temporária.
 (C) É cabível a decretação da prisão temporária, diante do momento procedimental, bem como a decretação da prisão preventiva em razão da reincidência, desde que haja requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.
 (D) Não poderá o Ministério Público requerer a prisão preventiva, pois não cabe essa modalidade de prisão para Joana, nem a prisão temporária.

64

Analise as situações hipotéticas a seguir e indique nas alternativas, respectivamente, o recurso cabível.

Situação 1: Na primeira fase do procedimento bifásico do tribunal do júri, Pedro foi impronunciado;
 Situação 2: O magistrado ordenou a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial;
 Situação 3: O magistrado, após fazer o juízo de admissibilidade do recurso em sentido estrito, denegou o seguimento;
 Situação 4: No juizado especial criminal, o juiz rejeitou a queixa-crime oferecida no crime de injúria.

(A) Apelação; apelação; carta testemunhável; apelação.
 (B) Apelação; recurso em sentido estrito; carta testemunhável; apelação.
 (C) Apelação; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; apelação.
 (D) Recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito.

Direito do Trabalho

Rogério Dias

65

A empresa Dreyer Ltda. elaborou um Plano de Demissão Voluntária, em novembro de 2022, sem participação do sindicato. Estabeleceu-se, no referido plano, que os empregados que fizessem adesão, receberiam suas verbas rescisórias, mais indenização. Roberta aderiu ao plano, sem qualquer ressalva. Nessa situação,

(A) foi conferida quitação plena e irrevogável.
 (B) Roberta não poderá ajuizar ação em face da empresa, postulando direito inadimplido.
 (C) não enseja quitação plena e irrevogável.
 (D) não se admitem ressalvas em plano de demissão voluntária.

66

Cícero é empregado da empresa Brugger Ltda. e realiza suas atividades na rodoviária de um grande centro urbano. Após ser dispensado, procurou você como advogado para postular adicional de insalubridade, pois somente recebia o salário mensal, sem qualquer adicional. Após ajuizada a ação, a empresa apresentou defesa e alegou que, apesar de o empregado trabalhar na limpeza dos banheiros da rodoviária, ele não estava exposto a agentes nocivos à sua saúde. Nesse caso,

(A) o empregado tem direito a receber o adicional de insalubridade em grau máximo.
 (B) o empregado não tem direito a receber o adicional de insalubridade.
 (C) ele deveria receber periculosidade, e não insalubridade.
 (D) o empregado teria direito ao adicional de penosidade.

67

Tiago, motorista profissional, constantemente é multado por ultrapassar sinais vermelhos, os limites de velocidade e estacionar em lugares proibidos. Tiago foi notificado da perda de sua habilitação, sem que a empresa fosse notificada. Meses depois, a empresa tomou conhecimento de que o empregado não tinha mais sua habilitação e procura o seu escritório para saber que medida adotar. Nessa situação,

- (A) a empresa pode dispensar o empregado por justa causa.
- (B) o empregado deve ser suspenso pelo período da suspensão da habilitação.
- (C) haverá culpa recíproca.
- (D) o empregado somente pode ser dispensado sem justa causa.

68

Patrícia era empregada da empresa Bueno Ltda. e exercia cargo de confiança, durante todo o período trabalhado. Em janeiro de 2022, Patrícia foi transferida para o Rio de Janeiro, por real necessidade do serviço, pelo período de seis meses. Quando do seu retorno, Patrícia foi dispensada, sem justa causa. Inconformada, procura o seu escritório para saber acerca dos seus direitos. Nesse caso,

- (A) Patrícia tem direito ao adicional de transferência.
- (B) o adicional de transferência sempre é pago, seja transferência definitiva ou provisória.
- (C) Patrícia não tem direito ao adicional de transferência, pois exercia função de confiança.
- (D) não existe previsão para o pagamento de adicional de transferência.

69

A Faculdade Kelsen Ltda. resolveu construir sua nova sede. Com isso, contratou com a Construtora Obra Rápida Ltda., a referida construção. Após a entrega da obra, os empregados não receberam da construtora e pretendem cobrar da faculdade o inadimplemento das obrigações trabalhistas. Nessa situação,

- (A) a faculdade tem responsabilidade solidária.
- (B) a faculdade tem responsabilidade subsidiária.
- (C) a faculdade não tem responsabilidade.
- (D) não há entendimento jurisprudencial sobre o assunto.

Direito Processual do Trabalho

Aryanna Linhares

70

Laura's Sorveteria Ltda. contratou Naldo para trabalhar como auxiliar de produção. O empregado trabalhou na empresa por 3 anos. Neste período, entretanto, não usufruiu férias e nada recebeu pelas horas extras realizadas. Quando foi dispensado, Naldo, que é uma pessoa bem tranquila, contratou você como um advogado, objetivando fazer um acordo com a ex-empregadora e não, propriamente, ajuizar uma reclamação trabalhista. Nesse caso, como advogado do ex-empregado, assinale a alternativa com a melhor medida a ser adotada.

- (A) Processo de homologação de acordo extrajudicial proposto em petição conjunta, sendo o ex-empregado e a ex-empregadora representados por advogados distintos.
- (B) Processo de homologação de acordo extrajudicial proposto em petição conjunta, podendo as partes se valerem do *jus postulandi*.
- (C) Propor ação monitória e requerer ao juiz a expedição de mandado de pagamento.
- (D) Impetrar mandado de segurança contra o ato da ex-empregadora.

71

Após trabalhar 10 anos para Fábrica de Biscoitos KiDelícia Ltda., Laura foi dispensada sem justa causa. Durante todo o período do contrato de trabalho, recebeu corretamente suas verbas trabalhistas. Ocorre que, no final do período contratual, Laura descobriu que a ex-empregadora jamais realizou os depósitos do FGTS e tampouco da multa de 40%. Inconformada, a ex-empregada procura um advogado e submete sua demanda à Comissão de Conciliação Prévia. A ex-empregadora comparece à sessão designada e ambas celebram um acordo sem ressalvas. No termo de conciliação, a Fábrica de Biscoitos se comprometeu a pagar R\$ 50.000,00 em 10 parcelas de R\$ 5.000,00. Porém, não pagou uma sequer. Acerca do caso narrado, como advogado de Laura, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez que o acordo não foi cumprido, Laura terá que ajuizar uma reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho.
- (B) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial, logo poderá ser diretamente executado na Justiça do Trabalho. Ele tem eficácia liberatória geral, inclusive quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- (C) Segundo o art. 876 da CLT, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são títulos executivos extrajudiciais e, quando não cumpridos, podem ser executados na Justiça do Trabalho.
- (D) As Comissões de Conciliação Prévia foram extintas.

72

José Reinaldo ajuíza reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, uma grande empresa pública, postulando horas extras, adicional noturno e diferenças salariais decorrentes da equiparação com Laura, que exercia a mesma função que ele, mas recebia 20% a mais. Todos os pedidos totalizaram 20 salários mínimos. Para comprovar suas alegações, José Reinaldo levou à audiência 3 testemunhas: Atílio, Maryana e Luana. O juiz, entretanto, permitiu que ele ouvisse apenas 2 delas. Acerca da conduta do juiz, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento sumaríssimo se aplica apenas às causas cujo valor não ultrapasse 2 salários mínimos.
- (B) Mesmo que o valor da causa não ultrapasse 40 salários mínimos, o procedimento sumaríssimo não se aplica, pois a reclamada é uma empresa pública. Logo, o procedimento do caso é o ordinário e o número máximo de testemunhas é de 3 para cada parte.
- (C) O juiz está correto. Como o valor da causa não ultrapassa 40 salários mínimos, o procedimento no caso em questão é o sumaríssimo, no qual o número máximo de testemunhas é de 2 para cada parte.
- (D) Como o valor da causa não ultrapassa 40 salários mínimos, o procedimento no caso em questão é o sumaríssimo, entretanto, o número máximo de testemunhas é de 3 para cada parte. Logo, a atitude do juiz está incorreta.

73

José foi contratado pela empresa de Seguros Globais Ltda. Ele foi contratado no Rio de Janeiro para trabalhar na filial da empresa situada na capital. Na empresa, todos se comunicavam em alemão, inclusive José, pois a filial cuidava da pós-venda dos seguros vendidos aos clientes alemães que vivem na América do Norte, América Central e América do Sul. O ritmo de trabalho era intenso. José fazia em média 2 horas extras por dia. Depois de 4 anos de trabalho, ele foi dispensado sem justa causa, recebendo apenas suas verbas rescisórias. José ajuizou reclamação trabalhista no Rio de Janeiro, postulando as horas extras realizadas. No dia da audiência, compareceu 1 testemunha, que não sabia falar português. Falava apenas alemão e inglês. Neste caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Como a testemunha não fala português, não poderá ser ouvida no processo que corre na Justiça do Trabalho.
- (B) A testemunha será ouvida por intermédio de intérprete, cujas despesas serão custeadas pela parte a que interessar o depoimento.
- (C) A testemunha será ouvida por intermédio de intérprete, cujas despesas correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

- (D) A testemunha será ouvida por intermédio de intérprete, cujas despesas correrão por conta da parte sucumbente, ainda que beneficiária de justiça gratuita.

74

Dani foi contratada por Amélia para passar roupa em sua casa. Nas segundas, quartas e sextas-feiras, deveria passar apenas as camisas de Amélia e de seu marido. Nas terças e quintas, passaria as demais peças de roupa. Recebia 2 salários mínimos mensais. Finalizado o contrato de trabalho, Dani ajuizou uma reclamação trabalhista. Nela postulou as férias, acrescidas de 1/3, relativas aos 5 anos em que trabalhou para Amélia, pois jamais as usufruiu. Em defesa, a reclamada nega as alegações da reclamante, juntando o recibo de apenas 2 anos. O juiz proferiu sentença condenando a ex-empregadora ao pagamento de todas as férias postuladas. Em face da sentença, a reclamada pretende recorrer. Acerca do caso, assinale a alternativa correta, sabendo-se que a reclamada não é beneficiária da justiça gratuita.

- (A) A reclamada deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, sendo isenta do depósito recursal, por ser empregadora doméstica.
- (B) A reclamada deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, efetuando o depósito recursal integral e recolhendo as custas processuais.
- (C) A reclamada deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, efetuando o depósito recursal reduzido à metade, estando isenta das custas.
- (D) A reclamada deverá interpor o recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, efetuando o depósito recursal reduzido à metade e recolhendo as custas processuais de forma integral.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

75

Cláudio Santos é filiado ao RGPS na condição de segurado empregado. Na data de 11 de abril de 2023, ao sair de casa pela manhã para se deslocar em direção ao seu local de trabalho, foi vítima de grave acidente de trânsito, cujas lesões lhe acarretaram o afastamento do seu emprego por 28 dias. Diante desse contexto fático e, levando-se em consideração o que dispõe a legislação previdenciária brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) Cláudio somente fará jus ao benefício de auxílio por incapacidade temporária se tiver cumprido a carência mínima exigida para esse benefício.
- (B) Por ser vítima de um acidente de trânsito, Cláudio fará jus ao benefício de auxílio-acidente, o qual pressupõe uma incapacidade total e temporária para o trabalho.

- (C) Mesmo tendo ocorrido fora do horário e do local do trabalho, o acidente sofrido por Cláudio configura hipótese de acidente do trabalho por equiparação.
- (D) O acidente sofrido por Cláudio não será objeto de proteção previdenciária, pois o acidente de trajeto (*in itinere*) foi revogado pela Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017).

76

A empresa Maxpremium Ltda. acabou de contratar um empregado para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, cuja remuneração mensal foi estipulada no valor de um salário mínimo mensal. Na hipótese de o empregado possuir filho menor de 14 anos, assinale a alternativa correta em matéria de benefício de salário-família:

- (A) O segurado empregado não fará jus a receber o salário-família, pois apenas os contribuintes individuais o recebem.
- (B) A concessão do salário-família está condicionada a apresentação de documentos obrigatórios pelo empregado, quais sejam a certidão de nascimento, o comprovante de vacinação obrigatória e o comprovante de frequência escolar.
- (C) O salário-família terá sua renda mensal calculada de acordo com o salário de benefício do segurado.
- (D) Por ser um benefício de natureza previdenciária, a renda mensal do salário-família não poderá ser inferior ao valor de um salário mínimo.

Direito Financeiro

Anderson Ferreira

77

No processo de planejamento e orçamento da administração pública, os entes precisam definir objetivos e metas para certo período. Um advogado recém-aprovado no Exame da Ordem, que foi questionado acerca do planejamento e orçamento de um ente público, estava em dúvida sobre onde as diretrizes da política fiscal e respectivas metas deveriam constar.

Um advogado mais experiente o orientou que deveriam ser inicialmente apresentadas no(a):

- (A) plano plurianual.
- (B) lei de responsabilidade fiscal.
- (C) lei orçamentária anual.
- (D) lei de diretrizes orçamentárias.

78

Com relação ao exercício financeiro, a aprovação legislativa da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias é estabelecida para até

- (A) oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.
- (B) o início do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- (C) o final do primeiro período da sessão legislativa.
- (D) o final do segundo período da sessão legislativa.

Direito Eleitoral

Odair José

79

No último Censo Populacional, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou que o município Alfa contava com mais de 16 mil habitantes. Ao tomar conhecimento dessa informação, a Câmara de Vereadores daquele município aprovou alteração na Lei Orgânica Municipal, aumentando o número de vereadores de 9 para 11. Ocorre que a Emenda foi aprovada há menos de 6 meses da data das eleições municipais, razão pela qual o presidente da Câmara Municipal ficou com dúvidas se a nova lei já teria validade para aquelas eleições.

Diante desse impasse, o presidente da Câmara do município Alfa consultou você, como advogado, para esclarecer sobre a possibilidade ou não de aplicação do novo quantitativo de vagas para o Legislativo municipal.

Assim, você deverá responder, corretamente, que

- (A) a nova lei não terá validade para as próximas eleições, porque fere o princípio da anualidade.
- (B) qualquer alteração que impacte o processo eleitoral não poderá ser aplicada na eleição imediata.
- (C) a nova lei terá validade, desde que a alteração tenha sido aprovada até a data limite das convenções partidárias do ano eleitoral.
- (D) a nova lei terá validade, desde que aprovada até a data limite para o registro de candidaturas.

80

João está no seu segundo mandato de Governador do estado Delta. Como goza de grande popularidade, pretende se desincompatibilizar no prazo legal para concorrer ao cargo de Senador da República. Aproveitando sua liderança local e a grande visibilidade que a sua esposa, a sra. Maria, conquistou nos últimos anos em razão do seu ativismo em causas ambientais, ele resolveu indicá-la como candidata do seu partido para sucedê-lo no Governo do estado.

Contudo, ao tomar conhecimento das intenções do Governador, o líder da oposição, deputado estadual Manuel, ficou indignado. Por isso, procurou você, como advogado, para esclarecer sobre as possibilidades da candidatura da esposa do Governador.

Assim, você deverá responder, corretamente, que

- (A) Maria não poderá se candidatar para o cargo de governadora em razão da impossibilidade de alternância de cônjuges no exercício do mesmo cargo por três mandatos consecutivos.
- (B) ainda que ocorra a desincompatibilização no prazo legal, João não poderá se candidatar ao cargo de Senador, por já ter cumprido dois mandatos consecutivos para um cargo majoritário.
- (C) caso Maria e João se divorciem antes de seis meses das eleições, a inelegibilidade reflexa não recairá sobre ela.
- (D) Maria não poderá se candidatar para o cargo de Governadora, mas poderá se candidatar para o Legislativo estadual, ainda que João não renuncie ao cargo de Governador no prazo legal.



1º Simulado
Ordem dos Advogados do Brasil
1ª Fase do 38º Exame de Ordem (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	B	D	B	D	C	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	D	A	D	D	A	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	B	D	C	A	C	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	B	C	C	B	C	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	A	A	A	B	C	D	B	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	C	D	B	B	A	C	D	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	C	C	B	C	A	A	A	C	A
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	C	C	D	C	B	D	C	C	A

GRAN

OAB

**ESTUDE COM O GRAN,
QUE A CARTEIRA
VERMELHA VEM!**

Se você quer mesmo ter um bom desempenho no Exame de Ordem, você tem de estar bem preparado(a). Para isso, conte com a melhor equipe de professores do Gran Jurídico.

Com a Assinatura Ilimitada 8.0, suas chances serão ainda maiores.

Faça agora a sua assinatura, tenha acesso à melhor plataforma para sua aprovação na OAB, passe no concurso dos seus sonhos e garanta seu futuro.

ASSINATURA
ILIMITADA
CONCURSOS, OAB E RESIDÊNCIAS

8.0

#VEM SER GRAN



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2 milhões de questões, mais de 27 mil cursos e centenas de professores para ajudar a passar.

Contatos para vendas no WhatsApp:



(61) 99884-6348

No horário das 8h às 20h,
de segunda a sexta-feira

Ética Profissional**Maria Christina****1**

Sobre as causas de incompatibilidade e impedimento para o exercício da advocacia, assinale a alternativa correta.

- (A) Os policiais podem requerer sua inscrição nos quadros da OAB tão somente para tutela de direitos pessoais.
- (B) Os policiais podem requerer sua inscrição nos quadros da OAB tão somente para tutela de direitos pessoais e não poderão em hipótese alguma participar de sociedade dos advogados.
- (C) Os policiais possuem incompatibilidade definitiva com o exercício da profissão e, deste modo, não podem requerer sob nenhum motivo sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Os policiais possuem incompatibilidade provisória com o exercício da profissão e, deste modo, não podem requerer sob nenhum motivo sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Letra c.

- (A) Errada. O parágrafo 3º e 4º do art. 28 do EOAB foram declarados inconstitucionais pela ADI n. 7.227. Dessa forma, enquanto na ativa, não poderão ingressar nos quadros da OAB.
- (B) Errada. O parágrafo 3º e 4º do art. 28 do EOAB foram declarados inconstitucionais pela ADI n. 7.227. Dessa forma, enquanto na ativa, não poderão ingressar nos quadros da OAB.
- (C) Certa. Os policiais possuem incompatibilidade definitiva para o exercício da advocacia, sendo VEDADA sua inscrição enquanto policial na ativa.
- (D) Errada. Incompatibilidade provisória.

2

João, advogado, foi intimado pelo magistrado para prestar depoimento em ação judicial. Ao comparecer ao ato, optou por realizar uma colaboração premiada contra seu cliente. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de exclusão.
- (B) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de suspensão.
- (C) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de censura.
- (D) João sofrerá processo administrativo disciplinar para ser punido com penalidade de advertência.

Letra a.

Segundo disposto no art. 7º, § 6º, I, do EOAB, a realização por advogado contra seu cliente de colaboração premiada enseja penalidade de exclusão caso seja obtido o quórum de 2/3 dos membros do TED.

3

Sobre a atividade da advocacia, assinale a opção correta.

- (A) É ato privativo do advogado a postulação em qualquer órgão do Judiciário.
- (B) No processo administrativo, o advogado contribui com a postulação de decisão favorável ao seu constituinte, e os seus atos constituem múnus privado.
- (C) O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.
- (D) No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função pública.

Letra c.

- (A) Errada. Art. 1º, I, do EOAB. O STF julgou a expressão “qualquer” inconstitucional, pois nem todos os atos no poder judiciário são necessários à intervenção do advogado.
- (B) Errada. Art. 2º, § 2º, A, do EOAB: múnus público.
- (C) Certa. Art. 2º, § 2º, do EOAB: no processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.
- (D) Errada. Exerce função social, e não função pública.

4

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) O advogado tem direito à inviolabilidade absoluta de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.
- (B) O advogado tem direito à inviolabilidade relativa de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.
- (C) O advogado tem direito à inviolabilidade absoluta de seu escritório ou local de trabalho. Dessa forma, mediante autorização judicial poderá ser determinado o ingresso no escritório, com a comprovação do ato.
- (D) O advogado tem direito à inviolabilidade relativa de seu escritório ou local de trabalho. Dessa forma, mediante autorização judicial poderá ser determinado o ingresso no escritório mediante comprovação do ato.

Letra b.

- (A) Errada. Direito relativo.
- (B) Certa. A inviolabilidade é relativa e, em situações excepcionais, pode ser determinado o ingresso no escritório do advogado.
- (C) Errada. Direito relativo e basta mero indício para determinar o ingresso.
- (D) Errada. Direito relativo e basta mero indício para determinar o ingresso.

5

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal, mas na presença de um agente público, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (B) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal, mas na presença de um agente público e com procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (C) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal e reservadamente, desde que com procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (D) É direito do advogado comunicar-se com seus clientes de forma pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

Letra d.

Art. 7º, III, do EOAB. O advogado tem o direito de falar com o seu cliente em qualquer estabelecimento prisional, de forma pessoal e reservada, mesmo que não esteja munido de procuração.

6

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
- (B) É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 2 anos a 4 anos e multa.
- (C) É direito do advogado ter a prisão comunicada à OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, o acompanhamento de um representante da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 2 anos a 4 anos e multa.
- (D) É direito do advogado ter a prisão comunicada à OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a acompanhamento de um representante da OAB sob pena da autoridade administrativa responder por crime punido com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

Letra b.

Art. 7º, IV, e 7º-B do EOAB. O advogado, quando preso em flagrante delito por crime praticado no exercício da profissão deve ser acompanhado por um representante da OAB, e, quando preso fora do exercício da profissão, a ordem deve ser ao menos comunicada, sob pena da autoridade cometer crime punido com pena de detenção de 2 anos a 4 anos e multa.

7

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) O advogado não possui direito a Sala de Estado Maior conforme julgamento proferido pelo STF mesmo nas prisões preventivas, ou seja, antes do trânsito em julgado.
- (B) O advogado possui direito à Sala de Estado Maior conforme julgamento proferido pelo STF mesmo após o trânsito em julgado.
- (C) O advogado tem o direito de não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- (D) O advogado tem o direito de não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas e, na sua falta, em prisão domiciliar.

Letra d.

- (A) Errada. O julgamento do STF que acaba com a existência de salas especiais para quem tenha nível superior não se aplica ao EOAB.
- (B) Errada. O advogado somente terá direito a Sala de Estado Maior antes do trânsito em julgado.
- (C) Errada. As salas de Estado Maior não precisam ser reconhecidas pela OAB. Tal expressão foi julgada inconstitucional.
- (D) Certa. Antes do trânsito em julgado, o advogado somente será preso em sala de Estado Maior e, caso não exista, será determinada a prisão domiciliar. Após o trânsito em julgado, será preso em cela comum.

8

Sobre os direitos dos advogados previstos no artigo 7º do EOAB, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, desde que não ultrapasse os cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
- (B) É direito do advogado ingressar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, desde que dentro do horário de expediente e independentemente da presença de seus titulares.
- (C) É direito do advogado ingressar em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais.
- (D) É direito do advogado permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso VI, desde que autorizado pelo Presidente do ato.

Letra c.

- (A) Errada. Inclusive na área reservada ao magistrado.
- (B) Errada. Inclusive fora do horário de expediente.
- (C) Certa. Art. 7º, VI, “d”, do EOAB. Somente mediante procuração com poderes especiais.
- (D) Errada. Independe de licença.

Filosofia do Direito

Odair José

9

“Os atos justos e os injustos, sendo como os descrevemos, nos levam a concluir que um homem age de modo justo ou injusto sempre que pratica tais atos de maneira voluntária. Quando age involuntariamente, seus atos não são justos nem injustos, exceto por acidente, isto é, porque ele fez coisas que resultaram em justiça ou em injustiças.”

Aristóteles. Ética a Nicômacos. Jandira, SP: Principis, 2021, p.121.

Acerca dos atos justos ou injustos, é correto afirmar, segundo a obra em referência, que

- (A) atos que causam dano a alguém não serão injustos quando não houve vontade do agente em causar o dano.
- (B) o que determina se um agente é justo ou injusto é sua voluntariedade ou sua involuntariedade na realização do ato.
- (C) quando o ato é acidental não há injustiça, porque não há voluntariedade do agente.
- (D) quando homens praticam atos prejudiciais, agem injustamente, sendo ele próprio injusto, independentemente da voluntariedade dos seus atos.

Letra b.

- (A) Errada. Mesmo quando o ato é involuntário, ele será injusto se foi capaz de causar danos a terceiros.
- (B) Certa. O ato pode causar injustiça a alguém por involuntariedade, o que faz desse ato injusto, mas não significa que o agente também o será, porque, se praticou o ato involuntariamente, logo o agente não é injusto. Trata-se, aqui, do que modernamente diferenciamos de culpa e dolo. O ato doloso é injusto e o agente o é porque age com consciência e vontade de praticar a injustiça, ao passo que o ato culposo que resultou em dano é injusto, mas o seu agente não será injusto, porque não agiu com vontade e consciência, seu ato foi involuntário.
- (C) Errada. O ato involuntário, quando causa mal a alguém, será injusto, independentemente de ser ou não voluntário, mas o agente não será injusto quando o ato injusto foi praticado involuntariamente.
- (D) Errada. A involuntariedade do ato não faz do agente injusto, ainda que o seu ato o seja.

10

“É inteiramente indiferente que [as partes] considerem subjetivamente a decisão [judicial] como conforme ou contrária ao Direito, ainda que a lei preceitue que uma decisão judicial somente pode ser atacada com o fundamento de ser, sob qualquer aspecto, ‘contrária ao Direito’, quer dizer, de ser considerada pelas partes processuais como ilegal”.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2020, p. 299.

Tendo como referência o excerto acima, nos termos da Teoria Pura do Direito, é correto afirmar:

- (A) normas ilegais, ainda que estejam na ordem jurídica, não são normas de direito.
- (B) não é válida a decisão judicial fundamentada em normas jurídicas ilegais.
- (C) a decisão judicial é atacável quando é injusta.
- (D) uma decisão judicial não pode, enquanto válida, ser contrária ao Direito.

Letra d.

(A) Errada. Hans Kelsen rejeita a possibilidade de normas ilegais na ordem jurídica, porque seria paradoxal. A sua existência na ordem jurídica, por si só (critério formal), faz dessa norma uma norma legal.

(B) Errada. A afirmação contraria a própria ideia de Kelsen. Se a norma é jurídica, logo é norma legal.

(C) Errada. Para a teoria pura do direito, a decisão judicial não é avaliada pelo critério justiça, porque esse é um critério moral ou político.

(D) Certa. A decisão judicial somente perde sua validade quando a autoridade competente assim a decreta. Por exemplo, uma decisão de 1ª instância permanece válida até que seja reformada por um tribunal acima.

Direito Constitucional

Ana Paula Blazute

11

Maria, cidadã, tem ciência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal julgando procedente pedido formulado em Ação Direta de Inconstitucionalidade. Com base na referida decisão, pleiteia o seu cumprimento, o que foi indeferido. Contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal caberá:

- (A) Recurso Extraordinário.
- (B) Reclamação.
- (C) Recurso Especial.
- (D) Apelação.

QUER TER ACESSO AO RESTANTE DAS QUESTÕES COMENTADAS?

SEJA NOSSO ASSINANTE
ILIMITADO!

NÃO DEIXE DE AVALIAR NOSSO SIMULADO TAMBÉM.



**SUA OPINIÃO É MUITO
IMPORTANTE PARA NÓS!**

GRAN
CONCURSOS

